

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 19

AVOL - CE - NOTÍCIAS
ANFIP

Gasto do governo com servidores cai no menor patamar em 26 anos 3

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contencioso reforça a urgência da reforma tributária 5

A GAZETA - MT - OPINIÃO
ECONOMIA

Mínimo sem ganho real (Editorial) 6

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Onde consultar o PIS? 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda como trocar o consignado do INSS de banco para reduzir os juros de seu empréstimo
..... 8

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

6 dicas para aumentar o valor da sua aposentadoria 10

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Campanha eleitoral 2022 tem início oficial amanhã 11

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Uma agenda para o futuro do País (Editorial) 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

"Não devia ser permitido se candidatar se você ataca as regras eleitorais" 14

O POPULAR - GO - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Bitcoin pode cair, mas mercado cripto é caminho sem volta' 16

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasileiros inadimplentes deixam de pagar comida 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Como tirar mais da renda fixa com a mudança na curva de juros 19

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

O jeito é fugir da poupança 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O que levou o Ibovespa à maior sequência de altas desde março 24

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Por que eleições e instabilidade econômica andam juntas? (Artigo).....	26
DIÁRIO DA MANHÃ - GO - OPINIÃO PÚBLICA SEGURIDADE SOCIAL	
Desemprego, subempregos e salário de fome! (Artigo).....	27
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Depois de perder o emprego, é essencial reorganizar as finanças.....	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
O brasileiro precisa dormir melhor (Editorial).....	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL	
BNDES pagou extra médio de R\$ 108 mil a funcionários.....	31

Gasto do governo com servidores cai no menor patamar em 26 anos

Números apresentados pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) ao mercado financeiro recentemente mostram que essa despesa, que chegou a representar 4,2% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2017 e 2020, deverá cair para 3,4% ao fim de 2022 - menor nível desde 1997, quando se inicia a série histórica da Secretaria do Tesouro Nacional.

O movimento é acompanhado pelo menor número de funcionários ativos, que encerrou junho no mais baixo patamar dos últimos 13 anos após uma queda de quase 10% sob a gestão de Bolsonaro. São cerca de 570 mil servidores em atividade, segundo o Ministério da Economia.

Quando o mandatário assumiu o Palácio do Planalto em janeiro de 2019, herdou de seu antecessor um quadro de pessoal com aproximadamente 630 mil funcionários nas repartições públicas federais. Em 2017, esse número chegou a um pico de 634 mil ativos.

Digitalização

O Ministério da Economia diz que a queda no número de servidores foi possível graças ao avanço da digitalização na administração pública federal. Hoje, cerca de 4,8 mil serviços estão disponíveis na plataforma Gov.br.

A automação abre caminho para diminuir a taxa de reposição de servidores aposentados, afirma a pasta - "principalmente aqueles que ocupavam cargos de nível médio e obsoletos".

"A força de trabalho, antes usada para muitas atividades operacionais repetitivas, vem sendo direcionada para atribuições mais estratégicas, que valorizem e garantam um atendimento cada vez melhor aos cidadãos", afirma o Ministério da Economia, em nota.

Redução

Rudinei Marques, presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado), contesta a visão positiva da pasta dizendo que o número de servidores caiu 12% desde o início da década de 1990 enquanto a população cresceu 40% no período. Ele diz que isso demanda mais serviços

públicos, em especial em saúde e educação - "por mais que as tecnologias possam ajudar".

"Em suma, a economia deu-se a partir da redução da quantidade e da qualidade dos serviços levados à população", diz Marques.

O Ministério da Economia afirma que também contribuiu para a redução de pessoal o corte de funções e gratificações do Executivo federal em 2019. Segundo a pasta, foram extintos 159 cargos, além de 4.941 funções e 1.487 gratificações - com economia estimada em R\$ 195 milhões por ano.

Mauro Silva, presidente da Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal**), reconhece que a atuação do Estado e do serviço público pode passar por ajustes, mas diz que a falta de reposição de pessoal pode gerar problemas graves.

"Na Receita, temos um grande problema no combate ao contrabando por meio das fronteiras. O controle aduaneiro tem sido muito enfraquecido e as pessoas vão arrumando meios [de burlar o controle]", diz Silva. "Nós temos muita gente se aposentando e não há reposição. A ideia de que reduzir servidores é bom só existe na cabeça de quem não valoriza a boa atuação estatal", afirma.

Ele também diz que órgãos especializados como a Receita podem registrar um ritmo tão grande nas aposentadorias a ponto de não ser possível passar às novas gerações de servidores o conhecimento acumulado (por exemplo, sobre o estoque de créditos tributários e como eles poderiam ser arrecadados).

"Se é que é isso pode ser chamado de política de pessoal, ela ser feita sem um critério acaba sendo prejudicial para o país", diz. "Esse governo demonstrou que a única política de pessoal dele é um massacre do servidor e colocar granada no bolso do servidor", afirma Silva.

Sem reajustes

Outro fator para a queda dos gastos foi a falta de reajustes para os servidores nos últimos anos. Os bilhões em gastos extraordinários previstos na época da pandemia fizeram Guedes articular a aprovação de um dispositivo legal, sancionado em maio de 2020,

que impediu aumentos no funcionalismo público até o fim de 2021. A medida era respaldada pela visão do ministro de que a atual geração precisaria pagar a conta da guerra contra o vírus.

A legislação criada na época, que tinha como escopo principal fazer o Tesouro Nacional auxiliar estados e municípios, também proibiu o poder público de realizar concursos públicos até o fim de 2021 (exceto para repor vagas em cargos de chefia que não acarretam aumento de despesa, entre outros casos).

Sem reajuste amplo desde 2018 (exceto categorias com remunerações mais elevadas, que tiveram reajuste em 2019), os servidores viram o quadro piorar com a pandemia. Mesmo com a pressão de várias categorias e das várias promessas feitas por Bolsonaro, não houve reajuste.

Para 2023, primeiro ano do novo mandato presidencial, há uma reserva de R\$ 11,7 bilhões na LDO (Lei Diretrizes Orçamentárias) com esse objetivo. O governo estuda usar a **inflação** projetada para 2023 como referência para os reajustes.

Neste mês, Bolsonaro sancionou a LDO vetando a proposta de reajuste especial para carreiras de policiais e servidores da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Categorias como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal voltaram a reclamar por meio de notas de repúdio e chamaram o ato de "desrespeito".

Site:

http://www.antonioviana.com.br/2009/site/ver_noticia.php?id=133936

Contencioso reforça a urgência da reforma tributária

Por Editorial

A complexidade impenetrável do sistema tributário brasileiro tem como consequência a infinidade de reclamações dos contribuintes contra o recolhimento de **impostos**. Um estudo do Insper estimou que, em 2019, o contencioso tributário em todas as esferas da Justiça equivalia a 75% do **PIB**. Apenas no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, organismo da **Receita Federal** que julga queixas dos contribuintes, a média histórica dos casos à espera de decisão gira em torno de escandalosos R\$ 600 bilhões. No primeiro semestre deste ano, com a greve de auditores fiscais e os efeitos da pandemia na Receita, a pilha cresceu: ficaram acumulados no **Carf** processos envolvendo pouco mais de R\$ 1 trilhão, ou 11% do **PIB**.

Fosse a legislação brasileira clara, funcional e compacta, a situação seria diferente. É patente a enorme insegurança criada pela profusão de regras que resulta nas divergências entre contribuintes e governo na interpretação da legislação. Os grandes contribuintes têm pendências no **Carf** proporcionais ao tamanho. A Petrobras acumula um contencioso de R\$ 30 bilhões. A Ambev, R\$ 50 bilhões. O Itaú, cerca de R\$ 60 bilhões, metade ainda relativa à fusão com o Unibanco. Julgados por 180 conselheiros - 90 representantes dos contribuintes e 90 da Receita -, os processos levam em média três anos e meio para ser decididos, tempo em que as empresas precisam manter provisões no balanço para o caso de derrota. Na Justiça comum, a situação é ainda mais desesperadora. Uma divergência tributária leva de sete a dez anos para ser julgada.

Em razão do emaranhado tributário, o Banco Mundial calculou que no ano passado as empresas brasileiras gastavam entre 1.101 e 1.483 horas por ano para se manter em dia com o Fisco, mais do que em qualquer outro país. Mais da metade de um ano de trabalho dedicada apenas a cumprir normas tributárias. A Receita contesta os dados. Afirma que 474 horas anuais são suficientes para enfrentar a burocracia. Mesmo assim, seriam 60 dias de trabalho, deixando o Brasil em 151º lugar na avaliação do Banco Mundial sobre a facilidade para pagar **impostos**.

Há soluções ao alcance de qualquer governo que não necessariamente passam pelo Congresso. Bastaria

esclarecer as controvérsias mais comuns no **Carf** e obrigar a Receita a publicar opiniões mediante questionamentos prévios dos contribuintes. Isso evitaria práticas que resultassem em autos de infração e no acúmulo de processos.

Outra resposta necessária e urgente é a **reforma tributária**. Há dois projetos no Congresso que promovem a fusão e simplificação de **impostos**. O governo em nenhum momento trabalhou pela tramitação, nem contribuiu para fazer avançar um texto único. Preferiu fazer uma reforma fatiada que, além de insuficiente para resolver as distorções existentes, criava outras novas. Felizmente não prosperou.

O presidente que assumir o Planalto em 1º de janeiro terá o dever de dar à **reforma tributária** a prioridade exigida pela sociedade. É essencial aprová-la logo no primeiro ano de governo. Não se pode perder mais tempo para dar mais competitividade à economia brasileira. Enquanto houver uma confusão que resulta em centenas de bilhões de contencioso tributário apenas no **Carf**, investir no Brasil continuará sendo um risco que apenas aqueles com recursos em abundância ou os mais aventureiros se disporão a enfrentar.

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2022/08/contencioso-reforca-a-urgencia-da-reforma-tributaria.ghtml>

Mínimo sem ganho real (Editorial)

O novo salário mínimo, que passa a vigorar a partir de 2023, está muito aquém do necessário para garantir as necessidades mínimas dos cidadãos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo presidente Jair Bolsonaro, prevê um salário mínimo de R\$ 1.294. Se confirmado, este será o quarto ano seguido que não haverá ganho real.

Segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo ideal para atender às necessidades de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.388,55 em julho, ou 5,27 vezes o piso federal atual, de R\$ 1.212.

Esta estimativa feita mensalmente pelo Dieese indica o valor do rendimento mínimo necessário para que um trabalhador e sua família possam suprir as despesas do mês com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

No cálculo do mês de julho, foram usados como base os preços da cesta básica de São Paulo, cujo custo foi de R\$ 760,45, a mais cara do mês entre as 17 capitais analisadas na pesquisa.

Segundo o Dieese, considerando o preço da cesta básica, o trabalhador que recebe um salário mínimo comprometeu em média 59,27% do seu rendimento líquido de julho para adquirir os produtos alimentícios básicos.

A escalada de preços sobretudo dos alimentos tem se revelado um problema para grande parte da população brasileira, especialmente os que pertencem às classes econômicas mais baixas. A **inflação** pesa mais exatamente sobre esta camada da população.

Mesmo o Dieese tendo registrado uma queda no valor da cesta básica em julho em 10 das 17 capitais pesquisadas, a queda não chega a amenizar a vida das pessoas. Fazer cortes, eliminar ou substituir determinados produtos, mudar hábitos de consumo, tudo isso passou a fazer parte da rotina de uma ampla parcela da sociedade brasileira.

Produtos básicos, entre eles o pão francês, leite e derivados, frutas como a banana, batata, tomate, óleo de soja vêm registrando altas. Um cenário que obriga as pessoas a fazerem um grande esforço para manter até mesmo as mínimas condições de vida.

Se associarmos isso às outras despesas básicas como moradia, energia elétrica, gás, fica complicado fazer tudo isso caber num orçamento tão exíguo.

Na verdade é impossível.

O salário mínimo brasileiro há muito não supre nem mesmo as necessidades básicas das famílias. Está muito longe de atender o que está previsto em sua lei de criação. Assim sendo, cabe a quem vive dele se equilibrar para se manter.

Site:

<https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10935>

Onde consultar o PIS?

Por g1

Número do PIS é gerado no primeiro emprego do trabalhador - Foto: Marcos Santos/USP Imagens

O número do PIS é gerado no primeiro emprego do trabalhador. Você pode encontrar o número na Carteira de Trabalho, nos extratos de seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no seu Cartão Cidadão ou ser obtido em qualquer agência da Caixa.

Caixa:

No site da Caixa, a consulta é possível pelo CPF.

Para saber se tem direito e quando e quanto vai receber do abono salarial, o trabalhador pode ligar para o número 158 ou consultar a carteira de trabalho digital.

LEIA MAIS:

Como consultar o PIS? Abono salarial PIS/Pasep: está com dificuldade para consultar? Veja os motivos e como resolver. Cerca de R\$ 25 bi estão à espera de trabalhadores que contribuíram com PIS/Pasep

Cnis:

Acessando o site do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis), clique em Cidadão, e em seguida na palavra "Inscrição" no canto superior esquerdo do menu.

Depois, escolha a opção "Filiado". Preencha os dados de forma idêntica ao que está em sua carteira de trabalho e clique em Continuar.

Se os dados estiverem corretos, aparecerá uma mensagem em vermelho, no canto superior da tela, informando que seus dados já constam na base do CNIS e o número do NIT, que é o mesmo do PIS.

MEU INSS:

Clique em Entrar (no canto superior direito) Seleccione Cadastre-se Preencha os dados solicitados (CPF, data de nascimento, nome, e-mail, celular, nome da mãe e estado) Clique em Próxima Anote a senha que o sistema vai criar para você Informe seu CPF e a senha Faça o login e altere a senha para uma de sua preferência Acesse novamente, desta vez com a sua senha

Também é possível consultar por aplicativos:

Carteira de Trabalho Digital: Na CTPS digital, é possível conferir o número do PIS dentro de um dos contratos registrados. O aplicativo da CTPS está disponível para download na versão Android ou versão iOS. FGTS: Assim como na CTPS digital, é possível conferir o número do PIS no app do FGTS dentro de um dos contratos registrados. O aplicativo da CTPS está disponível para download na versão Android ou versão iOS. Caixa Trabalhador e Caixa Tem: A Caixa disponibiliza, nestes aplicativos, os dados referentes ao PIS.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/15/onde-consultar-o-pis.ghtml>

Entenda como trocar o consignado do INSS de banco para reduzir os juros de seu empréstimo

Luiz Paulo Souza

Os beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que têm contratos de crédito consignado podem conseguir juros menores se optarem pela chamada portabilidade, criada pelo Banco Central em 2013. A transferência da dívida para outra instituição pode ser vantajosa, pois possibilita trocar um contrato mais caro por outro mais barato. Mas é preciso ficar atento aos detalhes para obter um bom acordo e tomar cuidado até com golpes.

Segundo Reinaldo Domingos, presidente da Abefin (Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira) e da DSOP Educação Financeira, o consignado é uma das modalidades de crédito com juros mais baixos, pois o desconto das parcelas direto na fonte de renda dá maior segurança para o banco.

Segundo Domingos, mesmo com a Selic (taxa básica de juros) alta, alguns bancos conseguem fazer propostas de juros mais competitivas.

O site do Banco Central divulga a lista das taxas cobradas pelas instituições, porém vale a pena consultar os bancos. Individualmente, eles podem oferecer condições mais vantajosas.

Segundo o **INSS**, a taxa de juros máxima atual é de 2,14% ao mês nas operações de empréstimos consignados e de 3,06% ao mês no cartão de crédito consignado.

Os interessados em fazer a portabilidade devem saber qual o valor das parcelas, quantas ainda faltam, as taxas de juros e o CET (Custo Efetivo Total). O CET deve incluir não apenas a taxa de juros, mas tarifas e outros encargos cobrados do cliente, como seguros, por exemplo.

Segundo a advogada Beatriz Sousa Lopes, da Vigna Advogados Associados, o beneficiário deve solicitar ao banco a declaração da dívida e a declaração do saldo remanescente, que terá essas informações.

Uma dica é comparar o valor das parcelas (incluindo juros e outros encargos) das duas instituições, diz

Domingos. Para essa comparação fazer sentido, o número de parcelas restantes deve ser igual entre o banco atual e o banco para onde a portabilidade será feita.

"A portabilidade poderá ser solicitada a qualquer momento, não necessitando ter quitado parte ou percentual da dívida", diz a advogada especialista em direito previdenciário e presidente da Comissão da OABPrev Bauru, Ednise de Carvalho Rodrigues.

COMO SOLICITAR A PORTABILIDADE DO CRÉDITO CONSIGNADO?

CONHEÇA SUA DÍVIDA

Informe-se no seu banco sobre as condições da dívida -valores, número de parcelas e taxas Segundo Ednise, a instituição tem até 15 dias, a partir da solicitação do cliente, para fornecer os dados É possível registrar uma reclamação no Banco Central

PESQUISE AS CONDIÇÕES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Pesquise, no site do Banco Central, as taxas de juros para empréstimo consignado em outras instituições financeiras. Consultar os bancos diretamente pode aumentar as chances de conseguir condições mais vantajosas e taxas mais atualizadas A especialista alerta de que é importante checar se a instituição é confiável e está regulamentada pelo Banco Central antes de fornecer qualquer dado -que pode ser utilizado por instituições fraudulentas para aplicar golpes

COMPARE OS JUROS

Para que a troca compense, a taxa de juros deve ser menor no novo banco O Banco Central não autoriza e portabilidade caso o valor e o prazo do novo empréstimo sejam maiores do que o do consignado original

FORMALIZE O PEDIDO

Caso alguma proposta seja vantajosa, formalize o

pedido de portabilidade na nova instituição financeira. Essa instituição entrará em contato com o banco anterior para "comprar a dívida", quitando os débitos do cliente. Será preciso informar dados como número do contrato e endereço da instituição original, CPF e telefone do titular. Segundo Ednise, a instituição financeira onde o consignado foi obtido não poderá impedir ou impor obstáculos à portabilidade, que será feita gratuitamente, sem qualquer cobrança ao cliente. A nova instituição tem cinco dias para concluir a transferência da dívida.

FIQUE ATENTO A CONTRAPROPOSTAS

A portabilidade é um estímulo à concorrência entre as instituições. Ao pedir a transferência da dívida, o banco que tem o empréstimo do aposentado pode oferecer melhores condições. Se a contraproposta for melhor que a proposta da nova instituição financeira, o cliente pode desistir da portabilidade. Para isso, ele deve informar a instituição que fez o consignado originalmente. Ela tem um prazo de dois dias para informar a nova instituição da desistência do cliente.

CUIDADO COM GOLPES E FALSAS PROPOSTAS

Não aceite propostas feitas por telefone, redes sociais ou aplicativos de trocas de mensagens, nem passe informações como CPF e senhas por esses meios. Procure os canais oficiais de atendimento ou as agências para se certificar das informações.

NÃO EMPRESTE SEU NOME

Evite fazer empréstimos em nome de outras pessoas, mesmo para parentes. Caso ela não consiga pagar as parcelas, o seu nome pode ficar sujo.

PROTEJA-SE

Segurados do **INSS** que não desejam contratar crédito nessa modalidade podem bloquear o benefício para novos empréstimos, o que pode reduzir fraudes.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50004&anchor=6461294&pd=a8b4ad5618bb13e7266c2569da5c6f13>

6 dicas para aumentar o valor da sua aposentadoria

Ninguém contesta a explosão do home office e dos negócios próprios durante a pandemia. Só em 2021 foram 3,9 milhões de pequenos empreendedores registrados, segundo o Sebrae. Mas como fica a aposentadoria nesse novo cenário econômico?

O valor médio do benefício mensal é de R\$ 1.547,54, sendo que, dos mais de 36 milhões de beneficiários, quase 24 milhões recebem o valor equivalente a um salário mínimo e apenas 0,002% recebem o salário máximo, de R\$ 7.087,22.

Diante desse cenário, muita gente já começa desde cedo a pensar em formas de aumentar a sua aposentadoria. E quem nos dá dicas preciosas nesse sentido é Luiz Bacellar, cofundador e CEO da Saks, savetech da América Latina, focada em previdência privada.

"Caso já esteja aposentado, é possível solicitar um pedido de revisão do benefício. Caso algum erro seja identificado, você poderá entrar com uma ação para a reanálise e verificação da possibilidade de aumentar o valor da aposentadoria", sugere Bacellar.

Existem diversos tipos de revisão, como a concomitante ou revisão da vida toda? que serve para solicitar a inclusão de contribuições feitas antes de 1994, antes do início do Plano Real.

"Muitos aposentados tiveram seus maiores salários neste período, e nem todos foram usados nos cálculos na entrada da aposentadoria. Já o segundo se aplica a quem exercia mais de uma atividade remunerada ao mesmo tempo."

Todas as suas informações devem estar registradas no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais). É de lá que o **INSS** coleta tudo o que precisa para a sua aposentadoria, por isso, verifique se tudo o que você fez está devidamente registrado. Vale tudo: trabalho no exterior, menor aprendiz, serviço militar, qualquer atividade.

"Quem trabalhou em condições insalubres ou perigosas tem direito à aposentadoria especial. A questão é que muitos trabalhadores acabam mudando de área de atuação ou de empresa e esse cálculo não é feito pelo **INSS** na hora de conceder o benefício", lembra o especialista. "Sendo assim, uma das

maneiras de aumentar o valor da aposentadoria é converter essa contagem diferenciada, para o tempo de contribuição comum, por meio de uma revisão."

"Uma das novidades da reforma da previdência é que agora é possível descartar as contribuições menores para o cálculo da aposentadoria. Por exemplo, pela regra de transição, para um homem solicitar o benefício por idade, precisa ter contribuído no mínimo durante 15 anos. Caso tenha contribuído por mais tempo, o cálculo pode descartar alguns anos em que os salários foram menores e, assim, aumentar a média do valor para o cálculo", explica ele.

"É fato que um bom planejamento financeiro irá te ajudar a aumentar o valor da aposentadoria, esteja ela distante ou batendo à porta. Analise suas finanças pessoais, se prepare para fazer cortes necessários no orçamento e comece a poupar."

"Não é à toa que a previdência privada também é conhecida como **previdência complementar**. Após fazer seu planejamento e organizar as finanças, é hora de escolher uma modalidade para investir e esta é uma das mais procuradas para ajudar a aumentar a aposentadoria", diz Bacellar.

"O melhor é que é possível programar o resgate do valor investido para quando for se aposentar, escolhendo entre receber um valor mensal ou retirar tudo de uma vez. Isso proporciona maior liberdade para usar o dinheiro que é fruto do trabalho de uma vida inteira."

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/6-dicas-para-aumentar-o-valor-da-sua-aposentadoria,183f979f518a8d9e6455fc7599930709wy4e mjwp.html>

Campanha eleitoral 2022 tem início oficial amanhã

A partir desta terça-feira, a legislação prevê limites e vedações para candidatos. Quem desprezar as regras pode ter o registro cassado

A partir de amanhã a campanha eleitoral começa de forma oficial. Depois de esgotado o prazo para o registro dos candidatos, os postulantes a vaga nos poderes Executivo e Legislativo terão permissões e vedações impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Comícios, carros com alto-falantes, distribuição de panfletos, anúncios em jornais e propaganda eleitoral, inclusive na internet, serão mais comuns no dia a dia do eleitor, respeitando regras e prazos.

Ainda não será o início da propaganda eleitoral obrigatória, prevista para o dia 26 de agosto, mas o tom da campanha e os rostos de quem concorre estarão em evidência em diversas mídias. Já presente no período de pré-campanha, uma das novidades das eleições deste ano é permissão do impulsionamento de conteúdo na internet.

Impulsionamento Uma das novidades das eleições deste ano é permissão do impulsionamento de conteúdo na internet. A lei eleitoral proíbe, no entanto, o seu disparo em massa por meio de aplicativos de mensagem instantânea, como o Whatsapp e o Telegram, nem mesmo por meio de telemarketing. Além disso, não pode haver pedido explícito de votos e apenas as empresas cadastradas na Justiça Eleitoral poderão realizar o impulsionamento, uma vez que é necessário identificar quem contratou os serviços, o que pode ser feito exclusivamente por partidos, federações, coligações, candidatas, candidatos ou seus representantes legais. Outros tipos de veiculações de propagandas pagas no ambiente virtual estão proibidos. Entre eles, a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para divulgar peças político-eleitorais em seus perfis, páginas, canais, redes sociais ou seus sites próprios.

Desinformação A veiculação de propaganda que degrade ou ridicularize candidatas e candidatos é proibida. Um acréscimo dado pela resolução que rege a questão em 2022 é que passou também a ser proibida a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados, que atinjam a integridade do processo eleitoral.

Mentiras espalhadas intencionalmente para prejudicar os processos de votação, apuração e totalização de votos poderão ser punidos com base em responsabilidade penal, abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação. Também está vedada a divulgação de material que ofereça, prometa ou solicite valores financeiros ou vantagens de qualquer natureza.

Preconceito e animosidade Caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, assim como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública, ou depreciar pessoa por sexo, cor, raça ou etnia é proibido nas peças de campanha. A propaganda eleitoral também não pode acirrar os ânimos entre as Forças Armadas, da população contra elas, ou delas contra as instituições civis.

Comícios e alto-falantes Comícios com aparelhagem de som fixa são permitidos, entre as 8h e as 24h, até 29 de setembro. A lei prevê que o horário pode ser prorrogado por mais duas horas quando se tratar de comício de encerramento de campanha. Os showmícios seguem proibidos. Alto-falantes ou amplificadores são permitidos até a véspera da eleição, entre 8h e 22h, respeitando a distância mínima de 200 metros das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos tribunais, dos quartéis e de outros estabelecimentos militares; de hospitais e casas de saúde; e de escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

Material gráfico e visual Até as 22h da véspera da votação em primeiro turno, que ocorre no dia 2 de outubro, a distribuição de material gráfico, caminhada, carreatas ou passeatas, acompanhadas ou não por carro de som estão liberadas. A divulgação de anúncios pagos em jornais impressos e revistas, bem como a reprodução na internet destas mídias, limitados a até dez por veículo em datas diversas para cada candidata ou candidato, poderá ser feito até 30 de setembro. Não é permitida a propaganda em outdoors, luminosos ou similares. Em veículos, é permitido aplicar somente adesivos "microperfurados" até a extensão total do para-brisa traseiro ou, em outros pontos do veículo, adesivos que não excedam meio metro quadrado.

Atos governamentais Candidatos que buscam a

reeleição não poderão se valer da divulgação de veículos oficiais relacionados a seus cargos. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. Nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de **servidores públicos** não podem ter nomes divulgados de forma que configurem abuso de autoridade. Se o responsável pela publicação irregular for o candidato, o registro de sua candidatura pode ser cancelado pela Justiça Eleitoral.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10431>

Uma agenda para o futuro do País (Editorial)

Ter um Congresso comprometido com uma agenda de futuro é tão ou mais importante quanto escolher um presidente da República.

Se essa afirmação já era verdadeira no passado, ela ganhou ainda mais força com a eleição de Jair Bolsonaro, que entregou o comando do Orçamento e da própria pauta legislativa para o Centrão, desonrando os milhões de votos que o alçaram ao mais alto cargo da República. Felizmente, o País parece farto de tanto diversionismo e tem dado inúmeras demonstrações de que quer recuperar o tempo perdido e retomar a rota da democracia e do desenvolvimento econômico. Iniciativas como a coalizão Unidos pelo Brasil são prova de que reconstruir o País é um projeto tão urgente quanto factível, que passa pelo exercício pleno da cidadania e pela participação ativa da sociedade civil na vida pública.

Sob a coordenação do Centro de Liderança Pública (CLP), pesquisadores e associações do setor produtivo se uniram para selecionar propostas que merecem ser tratadas com atenção e celeridade pelo Legislativo a partir do ano que vem. São 14 projetos de lei que já estão em tramitação na Câmara e no Senado, focados em temáticas que visam à modernização do setor público, à sustentabilidade ambiental, ao crescimento econômico e à justiça social. O documento será entregue aos parlamentares e aos candidatos que disputam a Presidência da República.

Se aprovados pelos deputados e senadores, eles têm o potencial de proporcionar um crescimento de 7,3% do Produto Interno Bruto e uma economia de R\$ 96 bilhões para os cofres públicos até 2026.

No eixo ambiental, as prioridades são as propostas para dar fim ao desmatamento ilegal, regulamentar o mercado de carbono, destravar concessões florestais e simplificar os processos de licenciamento ambiental.

Na busca de um Estado moderno e eficiente, as entidades defendem a aprovação de uma reforma administrativa que combata privilégios, a regulamentação de um teto de salários para **servidores públicos**, a atualização dos concursos públicos e uma lei de governança para garantir mais eficiência nas empresas estatais. Na área de crescimento econômico e justiça social, os projetos selecionados são a lei das debêntures de infraestrutura, o novo marco do setor elétrico, a

revisão do marco do pré-sal e a **reforma tributária**.

Em comum a todas as propostas estão a defesa de princípios liberais e uma visão que alia solução de problemas do passado e a preparação para as oportunidades do futuro. O Brasil já teve um papel de protagonismo na agenda de desenvolvimento sustentável, e resgatar essa liderança será essencial para garantir espaço aos produtos brasileiros nos mercados internacionais.

Internamente, o País já mostrou inúmeras vezes ser capaz de enfrentar desafios históricos. A despeito do fisiologismo que marcou o Legislativo, a mobilização da sociedade garantiu a aprovação de avanços como a reforma trabalhista, a reforma da Previdência, o marco do saneamento básico, a autonomia do Banco Central e a Lei do Gás. A degradação da administração federal, a instabilidade institucional e o desmonte de políticas públicas, entre muitos outros legados da administração Bolsonaro, não são irreversíveis.

Fossem os programas de governo dos candidatos à Presidência da República mais do que meras cartas de intenção, a lista de projetos selecionados pela coalizão certamente deveria integrá-los. É evidente que os temas são complexos e, em alguns casos, contrapõem interesses mesmo entre as entidades que compõem o grupo. São, afinal, os detalhes que definem a qualidade de uma proposta legislativa.

Mas, ao reunir instituições como o Centro de Cidadania Fiscal, a Fundação Dom Cabral, o Instituto Millenium, a Sociedade Brasileira de Direito Público, o Movimento Brasil Competitivo, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e a Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), a coalizão mostra disposição para qualificar o debate e construir os consensos possíveis.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Não devia ser permitido se candidatar se você ataca as regras eleitorais"

Bernardo Estillac

A menos de 50 dias do primeiro turno das eleições, o Brasil vive um momento de turbulência institucional, inclusive com o questionamento das autoridades eleitorais. O cenário, que na semana passada contou com a leitura da carta em defesa do Estado Democrático de Direito, em São Paulo, expõe fragilidades comunicativas e traz à tona o papel democrático da transparência pública, do acesso à informação e da abertura à participação propiciado pelas instituições do país.

Alvo da desconfiança e de ataques constantes do candidato à reeleição ao Planalto, Jair Bolsonaro (PL), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é colocado em xeque às vésperas de exercer o momento crucial de seu papel institucional: operar a votação e a apuração do resultado das urnas.

Para a doutora em direito pela UFMG e profissional da área de direito regulatório e relações governamentais, Caroline Maciel, parte do sucesso no ataque às instituições se dá pela fragilidade das mesmas. Com uma comunicação débil com a população, é mais difícil assumir uma posição de credibilidade diante da desconfiança.

"Quando as pessoas não entendem algo, elas duvidam, questionam ou não acreditam. O primeiro trabalho que precisa ser feito é tornar o acesso à informação inclusivo. Estamos falando também de trabalhar com plataformas privadas como o WhatsApp, Telegram e outras redes, para propagar o máximo de informações e evitar que os ataques sejam feitos em um contexto de pouca transparência. Falar sobre a segurança das urnas, por exemplo, com uma linguagem clara, acessível, deixando claro o funcionamento das eleições e mostrando como é limpo", explica.

Neste contexto, se criar uma posição de credibilidade exige tempo e a criação de uma relação de transparência e participação popular, recuperar a credibilidade se apresenta como uma missão ainda mais difícil, aponta Maciel, autora da tese "Fundamentos da Transparência Pública- Informação, Participação e Dados Abertos".

REGRAS DO JOGO "A atuação do TSE e do STF é,

por natureza, reativa, ela está sempre atrasada e o risco de se estar atrasada é de às vezes ser tarde demais. Essa desconfiança sobre a segurança eleitoral se propagou de uma forma que já gerou uma tensão social. Não devia ser permitido se candidatar se você ataca as regras eleitorais, você está atacando as regras do jogo. É o que demonstram Levitsky (Steven) e Ziblatt (Daniel) em sua obra sobre o declínio das democracias", avalia.

Em sua tese de doutorado, que será lançada ainda este ano como livro pela editora Del Rey, Caroline Maciel traz dados que apontam que o Brasil vive momento de queda nos indicadores democráticos. Ela usa como exemplo os dados do Varieties of Democracy Institute, que apresenta índices específicos para medir o grau democrático dos países.

"Cito na tese o estudo do V-Dem que mede as variações da democracia, um dos pontos mensura o que se chama de "democracia eleitoral", que apresentou queda significativa nos últimos anos. Todos os índices avaliados estão em queda, mas especificamente o eleitoral pode refletir essa situação de insegurança", explica.

O índice, que varia de 0 a 1, atingiu seu ponto mais alto em 2005, com 0,88 (marca depois repetida em 2006, 2010, 2013 e 2014). Na última publicação, em 2021, o número chegou a 0,66, menor marca desde a redemocratização. A avaliação de "democracia eleitoral" mede a capacidade de realização de eleições limpas, livres e justas e também a liberdade de expressão, fontes de informação e o sufrágio universal.

LINGUAGEM "Um ponto importante e muito discutido é o da linguagem, que chamamos de "linguagem cidadã". Desde a época do Bentham (Jeremy, jurista e filósofo inglês dos séculos 18 e 19), que é debatida uma forma de criar uma comunicação mais acessível", aponta Caroline Maciel sobre um dos empecilhos em se estabelecer um cenário de ampliação da compreensão e alcance popular das informações disponibilizadas pelas instituições.

Um exemplo levantado pela especialista são os portais da transparência. Ferramentas básicas para acesso à movimentação das instituições públicas, eles sofrem com a falta de uniformidade nos sistemas e na

maneira como as informações são compartimentadas.

"Hoje, nos portais da transparência, toda a linguagem dos orçamentos e da transparência fiscal é muito difícil de ser entendida. É importante que esse conteúdo seja mais palatável para permitir que a população entenda esse mecanismo como uma forma de participação e de cobrar responsabilidade com os gastos públicos. Além disso, há uma falta de uniformidade de articulação e interação entre plataformas. Isso é muito sério. Pense que cada vez que você tem que fazer uma consulta você tem que entrar em uma série de sites e que cada um é de um jeito, isso sem contar que a gente ainda tem um problema de exclusão digital", aponta.

Em questionário aplicado por Caroline Maciel a representantes de organizações da sociedade civil em sua tese de doutorado, dados apontam que o Portal da Transparência do Governo Federal impõe dificuldades no acesso à informação e, parte do problema se dá pela dificuldade na compreensão dos dados.

DÚVIDAS Sobre a inteligibilidade dos dados disponíveis, 51,6% dos entrevistados pela pesquisadora disseram ter tido dificuldade, mas conseguiram compreender as informações com uma pesquisa por conta própria, 12,9% precisaram solicitar um esclarecimento dos dados e 3,2% afirmaram ter desistido da consulta após a falta de clareza do portal. Vale lembrar que as respostas foram dadas por integrantes de organizações que acessam com frequência os dados públicos, quase todos com ensino superior completo e cerca de metade com mestrado ou doutorado concluídos.

Para Maciel, a atuação democrática dos cidadãos passa pela capacidade de alcançar e compreender as informações disponibilizadas pelas instituições do Estado. Ela explica que existem duas formas básicas de classificação da transparência, a passiva e na ativa e, em ambas, podem se identificar problemas na forma como o brasileiro consegue acessá-las.

A transparência ativa trata sobre os dados que são disponibilizados e tornados públicos pelo Estado. "Corroborado pelos questionários, percebe-se que a falta de elaboração de um site único e a quebra de links posteriores ao lançamento do portal unificado gov.br dificultam o acesso. A partir daí, você pode ter que solicitar mais informações e a instituição tem um tempo para te responder ou não; isso configura a transparência passiva. Nesse caso, outro problema nas ferramentas é o fato de que foi constatado que nem todas elas permitem pedidos anônimos, em alguns locais, isso cria um impedimento. Isso tem a ver com os nossos traços de patrimonialismo", exemplifica.

CONSTRUÇÃO DA TRANSPARÊNCIA

"A gente tinha um cenário anterior de um governo autoritário e assiste, com a Constituição de 1988, o processo de redemocratização no qual vemos nos debates da Assembleia Constituinte uma grande preocupação dos parlamentares com publicidade e a transparência serem o mote de todo o nova construção do estado. É uma mudança paradigmática de que a informação pública não pertence ao Estado, pertence a sociedade e ela precisa ter acesso até para questionar as decisões", avalia Caroline Maciel.

Como ponto de virada na construção do atual sistema de transparência e acesso à informação pública no país, a Constituição de 1988 estabeleceu parâmetros que determinam a publicidade como norma e o sigilo como exceção, embora existam subterfúgios legais que permitem governos serem menos ou mais abertos.

Outro ponto apresentado pela pesquisadora foi a Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada em 2011. Mais de dez anos após sua implementação, a lei constitui-se em instrumento fundamental no acesso à informação pública, embora precise ser modernizada para acompanhar os avanços tecnológicos, aponta Maciel. Ela ressalta que a LAI já foi uma medida tardia no país.

"A gente teve, e isso é inquestionável, essa mudança na constituição que foi importante para mudar a concepção de transparência. Mas a gente vem assegurar mesmo esse acesso no Brasil depois, com a Lei de Acesso à Informação. Fomos um dos últimos, inclusive na América Latina, a aprovar uma lei desse tipo. Havia muita resistência, inclusive dos **servidores públicos**, para definir a quais informações se daria o acesso. Na época, já havia 70 países com uma legislação sobre o tema e o Brasil não conseguia aprovar", comenta.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/08/2022/p1>

'Bitcoin pode cair, mas mercado cripto é caminho sem volta'

Entrevista GUSTAVO SARDINHA- Presidente do Conselho Setorial de Finanças e Crédito da Acieg

Depois de fecharem o primeiro semestre de 2022 com perdas de 62,87% e 74,31%, ocupando as duas últimas posições entre as 16 opções de levantamento do buscador de investimentos Yubb, as criptomoedas bitcoin e ethereum podem despencar ainda mais? A dúvida entre investidores é reforçada pela ligeira reação em julho do bitcoin, maior ativo digital do mundo.

Para o presidente do Conselho Setorial de Finanças e Crédito da Acieg (Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás), Gustavo Sardinha, a resposta é sim, ainda há espaço para queda. Mas ele explica que, desfeita a "bolha", o bitcoin nunca perderá sua aplicação.

"As pessoas que estão querendo correr risco de investimento vão querer correr riscos em aplicação de cripto em uma economia mais sustentada e ligada à economia real, e isso vai obrigar que comprem tokens usando bitcoin, então, aí sim, teremos aplicação de bitcoin de longo prazo", diz. Segundo o analista, o mercado de criptoativos e tokens "é caminho sem volta".

Em entrevista ao POPULAR, Gustavo Sardinha, que também é sócio na Bankr.it, empresa especializada na estruturação de fintechs, analisa a atração crescente exercida pelo universo cripto, indicando os pontos favoráveis e os riscos, inclusive de golpes.

A despeito da queda do bitcoin e de seus pares ao longo dos últimos meses, por que o mercado de tokens ou de criptoativos tem atraído interesse crescente de empresas e investidores?

Esse é um caminho sem volta! Entendo que há uma bolha, provocada única e exclusivamente por especuladores. O mesmo acontece no mercado de capitais, mas como já é mais maduro, com menor intensidade. Basta acompanhar o vaivém das Bolsas de Valores ao redor do mundo. Mas, fora isso, o mercado de ativos é o futuro, sem sombra de dúvidas. Teremos contratos inteligentes, NFTs representando carros, imóveis e a propriedade privada, em geral. Isso sem falarmos do metaverso que permitirá um uso sem precedentes dos ativos digitais. Uma pessoa poderá,

por exemplo, comprar uma bolsa no mundo real e receber um token NFT para poder usar a mesma bolsa no metaverso.

Esse interesse pode favorecer o bitcoin?

Bitcoin é o início de tudo. Com todos os prós e contras de quem vai na frente. A tecnologia já tem suas limitações, mas acaba sendo o ponto de convergência de todos os outros ativos. Todas as outras moedas cripto, por exemplo, são cotadas em equivalente de BTC, a sigla para bitcoin.

O que explica o crescimento do mercado de criptos nos últimos três anos?

Temos algumas questões que levaram a esse aumento. Uma delas julgo que seja a busca da geração Y pelo descentralizado. Essa geração está muito mais ligada ao mundo digital e é disruptiva no quesito centralização/controle. Outro ponto é a facilidade de operações "internacionais" sem que haja a necessidade de uma remessa efetivamente internacional, com pagamento de **impostos** e taxas. Em tese, essa remessa é feita de carteira a carteira, tudo no mundo digital, não importando em que país você está.

Mas a tendência é de que, após alguma recuperação do bitcoin (subiu mais de 15% em julho), o maior ativo digital do mundo possa sofrer novas quedas?

Acredito que ainda há espaço para mais queda. Algumas questões podem impactar nisso, como o mercado chinês. Os problemas que nós estamos tendo hoje de retenção dos ativos, de confisco do governo chinês em alguns segmentos bancários neolatinos. Com a dificuldade de movimentar dinheiro na China, pode sim haver uma volta e uma melhora, mesmo que momentânea. Caso contrário, a gente continua em uma tendência de queda das criptos em geral e do bitcoin novamente, já que é a maior moeda de transação hoje na plataforma Blockchain. Mas a minha expectativa é a de que, na verdade, a gente tenha encontrado algo perto do piso, considerando que quem tinha que realizar os ativos já realizou e quem tinha que fugir da especulação já fugiu. Então quem está ali é quem está mais exposto a correr riscos.

Como analisa o fato de bitcoin e ethereum terem fechado o primeiro semestre de 2022 com perdas de 62,87% e 74,31%, respectivamente, segundo levantamento do buscador de investimentos Yubb? Entre as 16 opções analisadas, foram as duas últimas posições.

Como eu tenho dito, acho que há sim uma bolha e o mercado está se dando conta disso; se acomodando. O capital especulativo está indo embora, já que os ganhos tendem a se estabilizar. O que permanecerá serão as iniciativas atreladas ao mundo real. Mesmo que pensemos em um campo do metaverso. Eu penso que as pessoas serão as mesmas e passarão a consumir da mesma forma, só que no metaverso. Assim como aconteceu na migração do varejo para o e-commerce. As pessoas mantiveram muitos dos hábitos, só mudaram a plataforma. O fogão, a geladeira ou a roupa não mudaram nada. E nesse caminho, as criptomoedas e NFTs farão muito sentido.

Há investigações de operadoras de bitcoin por denúncias de operação fraudulenta e de pirâmide financeira. Como o investidor pode se proteger desses riscos?

Em primeiro lugar, é importante entender que os golpes aplicados no mercado de criptomoedas são os mesmos. O Esquema Ponzi, ou pirâmide financeira, já apareceu com cara de boi gordo, avestruz, cota contemplada de consórcio e até minutos de telefonia. Quanto maiores os ganhos, desconfie! Não há operação lícita que renda 20% ou 30% ao mês em mercado financeiro. Ganância e expectativa de altos ganhos em um curto prazo são cenário ideal para os golpistas atacarem.

Site: <https://opopular.com.br/digital/15-agosto-2022/1o-caderno>

Brasileiros inadimplentes deixam de pagar comida

DÍVIDAS A fatia de brasileiros que engrossou a lista de inadimplentes pela falta de pagamento de despesas com comida, entre janeiro e junho, foi a maior em cinco anos. A disparada da **inflação** e a queda na renda explicam a entrada de devedores para lista do calote pelo não pagamento da fatura de um item básico.

No primeiro semestre, 18% dos inadimplentes deixaram de quitar despesas com alimentação e, por isso, foram parar na relação dos CPFs com restrição. Essa é a marca mais elevada desde o primeiro semestre de 2017, quando a Boa Vista, empresa de inteligência financeira e análise de crédito, começou a coletar as informações. Ao longo do primeiro semestre, foram consultados eletronicamente 1.500 inadimplentes, a fim de traçar o perfil desses consumidores.

Contas diversas não pagas, que incluem as de educação, saúde, **impostos**, taxas e lazer, ainda têm sido apontadas como as despesas que têm levado a maioria dos consumidores (23%) à inadimplência. No entanto, desde o segundo semestre do ano passado, a parcela dos que não conseguiram honrar o pagamento de alimentos chama atenção.

"Instituições financeiras nos relatam que o pessoal está pegando dinheiro (crédito) para pagar contas do mercado, do dia a dia", diz o economista da Boa Vista, Flávio Calife.

Nos últimos 12 meses até julho, a **inflação** do grupo alimentação e bebidas acumula 14,72%, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a **inflação** oficial apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É um resultado que supera a variação do indicador como um todo no período, que foi de 10,07%.

Depois do desemprego, historicamente o principal motivo para inadimplência, apontado por 28% dos entrevistados no primeiro semestre, está a diminuição da renda, com 24%. Do segundo semestre do ano passado para o primeiro deste ano, a parcela que apontou esse motivo para o não pagamento de contas subiu 3 pontos percentuais.

A percepção dos entrevistados é de que o quadro do endividamento pessoal piorou muito. Do segundo

semestre do ano passado para o primeiro deste ano, a parcela de consumidores que se considera muito endividada subiu de 32% para 37%, a maior marca desde 2019, quando esse resultado atingiu 39%.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou para 13,75% a taxa de juros básica da economia, a Selic. Foi a 12ª alta consecutiva na tentativa de segurar a **inflação**. Também sinalizou que poderá fazer nova elevação da Selic na próxima reunião, marcada para setembro.

Com juros e **inflação** ainda em alta e atividade fraca, a perspectiva, segundo o economista da Boa Vista, é de que a inadimplência continue crescendo nos próximos meses até o ano que vem.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Como tirar mais da renda fixa com a mudança na curva de juros

Clayton Castelani são paulo

A taxa básica de juros da economia, a Selic, permanece alta, em 13,75% ao ano. Mas outra medida importante para definir o custo do crédito ao consumidor e o rendimento de quem investe está caindo. É o juro futuro.

Se para quem pretende tomar crédito a notícia da queda soa animadora, ao investidor em renda fixa a mudança de tendência exige mais cuidado na escolha da aplicação.

Especialistas garantem, porém, que o momento é ideal para buscar lucros sem abrir mão da segurança. A receita é diversificar os títulos conforme o movimento da curva de juros. Não sabe o que é isso? É menos complicado do que parece.

Antes, é importante entender o que são os juros futuros.

Na B3 (Bolsa de Valores Brasileira), os chamados contratos futuros são negociados como compromisso de compra ou de venda de um determinado ativo financeiro em um prazo previamente definido.

Os juros dessas operações tomam como referência a taxa de empréstimo com vencimento em um dia que os bancos realizam entre si para o acerto diário de caixa. Instituições financeiras são obrigadas a começar o dia com saldo positivo e, por isso, fazem essas transações.

Tais operações são realizadas por meio da emissão de CDIs (Certificados de Depósitos Interbancários). É daí que vem o nome taxa DI.

Os juros dos contratos futuros têm como parâmetro a taxa DI, mas também oscilam conforme o prazo e a percepção do mercado sobre o risco de não receber a quantia emprestada ao longo do tempo.

Quando alguém fala sobre curva de juros futuros, portanto, é provável que esteja se referindo à taxa DI, principal referência para o mercado de crédito brasileiro.

A curva de juros é a representação gráfica que mostra, dia após dia, qual a taxa média negociada para os

contratos futuros. Para cada prazo de vencimento há uma curva.

O declínio das curvas de juros teve início no final do mês passado, após quatro meses subindo, e é mais acentuado nos contratos de médio prazo, com vencimento entre 2025 e 2030.

Essa informação é importante porque é a partir da tendência das curvas de curto e de médio prazos que o investidor definirá sua estratégia.

Apesar de a taxa DI possuir uma apuração e função diferente da Selic, ela tende a acompanhar o valor da taxa básica da economia.

Um dos motivos para isso é que as operações realizadas diariamente entre bancos também podem ter lastro (garantia) em títulos públicos, cujos juros correspondem à variação da Selic.

Já entende de juros? Veja a estratégia para investir

O investimento em renda fixa se torna vantajoso quando alcança o maior juro real possível, que é a diferença entre a **inflação** e o juro contratado (nominal) no período em que o dinheiro ficou investido.

Do início de abril à segunda quinzena de julho, as curvas DI's médias subiram de cerca de n% para aproximadamente 13,5% ao ano. Mas nas últimas três semanas elas convergiram para valores entre 11,7% e 12%.

As taxas ainda altas refletem a expectativa de que o Banco Central manterá a Selic elevada por algum tempo para garantir a queda da **inflação**.

Cabe notar que, embora a **inflação** oficial esteja em 10,07% em 12 meses, o mercado projeta uma queda para 5,5% ao ano em 2023.

Isso significa uma perspectiva de juro real elevado. Isso favorece o investimentos prefixado, ou seja, com uma taxa previamente definida com base nos juros elevados de agora. Mas é preciso cuidado.

Se para o curto prazo a vantagem dos juros é dada como certa, imprevistos podem provocar nova alta da **inflação**.

Títulos pós-fixados são indicados para amenizar esse risco para aplicações de médio prazo (a partir de 2025) porque garantem o pagamento da **inflação** acumulada no momento do resgate.

"Aqui no Brasil é muito complicado apostar contra a **inflação**", alerta Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos.

A explicação fica mais fácil tomando alguns exemplos práticos. O programa Tesouro Direto possui um produto chamado Tesouro Prefixado 2025. O juro pago no vencimento é de 11,85% 30 ano.

Ao fazer essa escolha, o investidor aposta que essa taxa não será superada pela **inflação** até 2025. É uma perspectiva consistente, pois as projeções indicam recuo dos preços no curto prazo.

A mesma plataforma do Tesouro Nacional oferece o título pós-fixado Tesouro IPCA+2026. Ele combina um rendimento fixo de 5,5% ao ano com a variação da **inflação** oficial (IPCA), para a liquidação em agosto de 2026.

Qualquer pessoa com CPF e conta bancária pode investir por meio do Tesouro Direto, inclusive com valores baixos. Os dois títulos mencionados exigem aplicação mínima um pouco acima de R\$ 30.

O acesso é por meio de bancos e corretoras habilitadas. O site oficial tesouro.direto.com.br possui a lista de instituições, simulador e detalhes sobre as aplicações.

O conceito de diversificação da renda fixa não se aplica exclusivamente aos produtos do Tesouro Nacional. O mercado privado possui títulos atrelados às taxas DI e Selic, ao IPCA e que mesclam opções para basear rentabilidade em diversos tipos de cenário.

"Para aplicações até 2025, recomendamos o prefixado, pois as taxas de juros estão relativamente altas, falando de títulos bancários, como CDBs [Certificados de Depósitos Bancários], LCIs e LCAs [Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio]", comenta Victor Zucchi, especialista de renda fixa da Valor Investimentos.

"Para até três anos é ótimo ter um investimento desse, como um CDB pagando 15% de juros ao ano", diz. "Acima disso, eu acho mais interessante uma NTN-B." NTN-B é como o mercado chama o título do Tesouro Direto indexado à **inflação**. É o já mencionado Tesouro IPCA+.

Para que a proposta de lucrar mesmo com o declínio da curva de juros funcione, porém, é importante respeitar os prazos para a liquidação do título, segundo Zucchi.

Resgates antecipados sofrem a chamada marcação a mercado. Isso quer dizer que o investidor que faz o saque antes do vencimento perde o rendimento contratado e é obrigado a aceitar o que o mercado estiver pagando pelo título no momento do saque.

Não precisar mexer no investimento é a melhor forma de fugir desse prejuízo. Por isso que a base de um plano de investimento deve começar por uma reserva de emergência constituída por uma ou mais aplicações que possam ser resgatadas rapidamente e sem a perda do rendimento. É a chamada liquidez diária.

CDBs e Tesouro Selic costumam ser os mais recomendados para essa situação devido à sua previsibilidade. Eles pagam rendimentos calculados sobre os juros vigentes.

Curvas de juros em declive também despertam interesse no mercado de renda variável e o momento ainda é considerado favorável para isso, segundo Camila Abdelmalack, da Veedha

Apesar da forte valorização nos últimos dias, com a Bolsa de Valores tendo passado dos 112 mil pontos na sua melhor semana desde novembro de 2020, a economista considera que há oportunidades de entrada em ações consideradas descontadas.

Investir na Bolsa é mais adequado para pessoas com visão de longo prazo, dispostas a suportar períodos de volatilidade. Mas nem por isso deixa de ser uma possibilidade para alternar investimentos.

"O segredo de uma carteira de sucesso ou que não traga desgosto é a diversificação", afirma.

Entenda a curva

O que é A curva de juros é a representação gráfica que mostra a evolução diária da taxa de juros negociada pelo mercado

Risco Uma sequência de altas dos juros aponta a curva para cima. O movimento contrário a faz descer. A inclinação da curva indica o preço do risco para quem empresta dinheiro

Curtas, médias e longas

Curvas de juros podem ser chamadas de curtas, médias ou longas. A classificação depende do prazo de vencimento do contrato

Prazos Operações com vencimento em 2023 e 2024 formam curvas curtas. As curvas entre 2025 e 2030 são consideradas médias. Não há, porém, uma classificação exata

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50004&anchor=6461294&pd=a8b4ad5618bb13e7266c2569da5c6f13>

O jeito é fugir da poupança

Embora a **inflação** oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) tenha registrado uma queda de 0,68% em julho, os brasileiros que mantêm algum dinheiro depositado na caderneta de poupança não têm motivos para comemorar.

Levantamento da plataforma de dados financeiros TC/Economática indica que, na janela dos últimos 12 meses encerrada em julho, a rentabilidade real da poupança, ou seja, descontada pela variação da **inflação**, ficou negativa em 3,52%.

Os dados do levantamento mostram que a última vez em que a poupança apresentou uma rentabilidade positiva no acumulado de 12 meses foi em agosto de 2020, há dois anos, portanto, quando o rendimento real ficou em 0,45% no intervalo de um ano.

"A alocação em poupança não faz nenhum sentido neste momento.

O rendimento real negativo, somado ao fato de que a rentabilidade depende do aniversário mensal para ser pago, torna essa aplicação muito arcaica, desatualizada e ultrapassada", diz Bruno Mori, economista e planejador financeiro com a certificação CFP.

Ele acrescenta que aqueles que deixam o dinheiro aplicado na poupança têm um viés comportamental de familiaridade muito enraizado.

"Queridinha" Professora de Economia da ESPM e planejadora financeira CFP, Paula Sauer diz ainda que, apesar da vasta gama de produtos de renda fixa ofertado atualmente no Brasil, a caderneta de poupança continua sendo a "queridinha" da maior parte dos brasileiros que inicia sua jornada em investimentos.

Os dados mais recentes do Banco Central (BC) mostram que cerca de 164 milhões de pessoas mantinham algum valor depositado na poupança ao final de 2019.

"O cliente que deixou de consumir para poupar viu o poder de compra de seu dinheiro diminuir.

Isso é muito frustrante e desestimula muitos a guardar dinheiro", diz a especialista.

Ainda de acordo com os dados da TC/Economática,

quem aportou R\$ 1.000 na poupança há 12 meses, teria R\$ 1.061,97 no final de julho.

No entanto, descontada pela **inflação** de 10,07% no período, o retorno final correspondente seria de R\$ 964,82 (veja quadro ao lado). Imagina você deixar de consumir, se disciplinar em guardar dinheiro, e quando realizar seu resgate, poder comprar menos que antes", assinala a professora da ESPM.

Estudo elaborado pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac) mostra que, com a nova alta na taxa Selic realizada pelo Banco Central no último dia 3, para 13,75% ao ano, enquanto as principais alternativas na renda fixa passam a oferecer rendimentos mais atraentes, a poupança tem o pior retorno entre as opções analisadas, mesmo isenta do Imposto de Renda (IR).

A despeito da escalada da Selic, que saiu da mínima histórica de 2% em março de 2021 para os atuais 13,75% ao ano, a aplicação da caderneta segue com o rendimento inalterado em 6,17% ao ano, mais a Taxa Referencial (TR).

A remuneração da poupança é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano. Já quando a taxa básica é de até 8,5%, o rendimento da poupança equivale a 70% da Selic. "Nesse cenário, a poupança, apesar de ser uma aplicação fácil e segura, não fica competitiva, rendendo menos da metade da Selic", disse Andrew Storfer, diretor de economia da Anefac.

Mais saques A **inflação** em níveis ainda pressionados, somada às condições financeiras mais restritivas impostas pelo avanço da Selic, tem contribuído para saques cada vez maiores da poupança.

No primeiro semestre deste ano, as retiradas em cadernetas de poupança superaram os depósitos em R\$ 50,5 bilhões, segundo dados divulgados pelo BC. Nos seis primeiros meses do ano, as saídas de recursos na modalidade somaram R\$ 1,808 trilhão, enquanto os depósitos totalizaram R\$ 1,758 trilhão.

Esse é o maior volume de resgate para o período na série histórica, iniciada em janeiro de 1995. O recorde negativo anterior era do primeiro semestre de 2016, quando houve saque líquido de R\$ 42,61 bilhões.

O fluxo de recursos na poupança passou a acumular retiradas significativas em 2021, quando o poder de

compra do brasileiro caiu significativamente diante de uma **inflação** de dois dígitos e um intenso choque de juros (Lucas Bombana, da Folhapress).

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-3dcf9c448778a2c94e663093cadd91aa.pdf

O que levou o Ibovespa à maior sequência de altas desde março

LUÍZA LANZA

O Ibovespa encerrou a semana passada com alta acumulada de 5,91%, aos 112,764.26 pontos. Já são quatro semanas consecutivas de altas e, neste período, o índice de referência da B3 conseguiu arrancar a mais longa sequência de valorização registrada desde março deste ano, com sete pregões consecutivos de alta até a quarta-feira, 10.

Os atuais 112 mil pontos representam um avanço significativo, levando em consideração que, ainda em junho, o Ibovespa lutava para se manter perto dos 93 mil pontos durante os pregões mais negativos do mês. O desempenho dos últimos dias surpreende até os mais otimistas: somente em agosto, a alta já chega a 9,31% , levando o desempenho acumulado no ano para 7,58% de crescimento.

"De certa forma, o movimento atual também tem uma correção técnica, com uma percepção de que o posicionamento e sentimento anteriores estavam muito negativos. Assim como há a sensação de que o Ibovespa é negociado a múltiplos historicamente baratos", afirma Aleksandro Nishimura, economista e sócio da BRA.

No começo de agosto, analistas destacaram alguns pontos que deveriam estar no radar dos investidores, como a possibilidade recessão nos Estados Unidos, lockdown na China, a temporada de balanços das empresas brasileiras e as eleições presidenciais.

Duas semanas depois, esses fatores caminharam para um lado mais positivo na visão dos investidores - o que, somado aos preços descontados da bolsa, explicam grande parte do rali visto nos últimos dias "É uma junção de várias coisas, mas tem um driver global importante que é a expectativa que a **inflação** dê uma acalmada nos próximos meses, o que possibilitaria que os Bancos Centrais não fossem tão duros e não retirassem tantos estímulos monetários de suas respectivas economias", explica Thalles Franco, gestor de renda variável da RPS.

INFLAÇÃO.

Nos EUA, o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) de julho mostrou a **inflação** perdendo força, acima das expectativas do mercado; no Brasil, o

IPCA registrou deflação de 0,68% no mês. Por aqui, o BC já demonstrou que está próximo de encerrar o ciclo de alta nos juros. "Com os últimos dados já mostrando algum alívio, diminuiu o risco de recessão, principalmente no curto prazo. Isso animou muito as bolsas", diz Ivonsir Coelho, da Alta Vista Investimentos.

A melhora das expectativas sobre o aperto monetário nos EUA melhorou o apetite global ao risco, no mesmo momento em que a temporada de resultados do 2.º semestre do ano começava.

Desde o final de julho, as empresas brasileiras na bolsa vêm divulgando seus balanços, e muitas surpreendendo o mercado.

A Petrobras, por exemplo, que representa a segunda maior parcela do índice da B3, anunciou a distribuição de 'superdividendos' após os resultados do 2.º trimestre.

Em agosto, o papel preferencial da companhia valorizou 13,78% - no acumulado de 2022, as ações preferenciais e ordinárias ocupam respectivamente o segundo e o terceiro lugar entre as maiores altas. "O mercado aguardava o que as empresas reportariam e, de repente, em um cenário que todo mundo considera adverso, boa parte delas conseguiu resultados bem expressivos e positivos", afirma Naor Coelho, da Infinity Asset.

As três ações do Ibovespa que mais subiram na primeira quinzena de agosto foram: Locaweb, Positivo e Azul, todas com saltos acima de 40%. O setor de tecnologia vem sendo beneficiado pela possibilidade de a Selic ter terminado o seu ciclo de alta na última reunião do Copom.

No acumulado do ano, quem se destaca é a Cielo. A companhia de serviços financeiros teve alta de 136,32% e terminou a sexta- feira cotada a R\$ 5,27.

CAUTELA.

Alguns fatores precisam ser acompanhados antes de definir se o movimento de valorização dos últimos dias é o início de uma nova fase no mercado brasileiro, ou só um repique.

O primeiro deles é o fluxo de capital estrangeiro na B3. Muito importante para sustentar o nível do Ibovespa, a entrada de capital de fora foi fundamental para o bom resultado do primeiro trimestre do ano e, sua saída, responsável pela performance ruim nos meses seguintes. Mas os estrangeiros parecem ter retornado à bolsa em agosto.

"O investidor estrangeiro estava bem fora da bolsa, mas entre os dias 1.º e 9 de agosto já entrou com quase R\$ 5 bilhões em posição comprada. Eles fazem um contraponto à saída recente que vimos de investidores institucionais e pessoas físicas", destaca Naor Coelho.

Mas esse é um ponto que também pode ser negativo. Coelho explica que, como os estrangeiros costumam entrar em empresas de maior liquidez, a qualquer momento - ou aumento na percepção de risco - podem levar esse dinheiro embora.

Por causa disso, os movimentos de realização podem ser comuns daqui para a frente, principalmente com fatores como as eleições presidenciais. A preocupação com a situação política também é o que faz Franco, da RPS, manter o pé atrás mesmo com as altas no Ibovespa.

Na avaliação do gestor, a valorização pode ser apenas um repique de uma bolsa muito descontada, mas que ainda tem alguns problemas estruturais pela frente.

"Essa valorização até pode continuar por mais um, ou dois meses. Porém, em relação ao ano que vem, há bastante preocupação com a questão fiscal, além de uma expectativa de baixo crescimento", explica Franco.

"Ainda não acredito em uma recuperação estrutural que poderia levar a bolsa de volta aos 130 mil pontos."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Por que eleições e instabilidade econômica andam juntas? (Artigo)

Theo Lamounier

Em outubro, os mais de 156 milhões de eleitores brasileiros terão a oportunidade de comparecer às urnas para escolher seus representantes para os próximos quatro anos, tanto na esfera federal (presidente, deputados e senadores, estes últimos com mandato de oito anos) quanto na estadual (com a definição dos governadores).

A instabilidade econômica deverá ser basicamente a mesma de todas as eleições: meses antes da disputa, investidores e empresários seguram seus aportes ou os transferem para mercados mais seguros, como o americano e europeu (antes da guerra com a Ucrânia). Após a definição do novo presidente e o anúncio das medidas econômicas, os investimentos tendem a voltar. O ciclo que se repete há vários anos tem basicamente um motivo: a incerteza.

Durante sua plataforma de governo, os candidatos apresentam sua visão de futuro e seu projeto para a economia do país. As propostas costumam ser bem divergentes e influenciam de forma diferente cada um dos investimentos. É necessário analisar o impacto que o resultado eleitoral pode ter em suas aplicações e como tirar o melhor proveito em cada cenário.

Pesquisas e propostas podem até dar uma ideia do que está por vir, mas não se pode confiar totalmente.

Seja por inviabilidade de implementação ou busca de acordos políticos, nem sempre o candidato eleito segue o que tinha prometido.

Em artigo de 2011, o mestre e doutor em economia pela Universidade de Brasília Fernando Meneguim cita os conceitos de Political Business Cycle (ciclos políticos de negócios, criado por Nordhaus em 1975) e Political Budget Cycle (ciclos políticos orçamentários, por Rogoff em 1990). Meneguim destaca que, cada um à sua maneira, seja pela política monetária, com maior emissão de moedas visando ao aumento da produção, ou por meio de isenções fiscais e gastos de visibilidade imediata, os dois ciclos usam o poder da economia nas eleições, fazendo com que "o político mais votado é aquele que tende a gerar maior desequilíbrio nas contas públicas, contrariamente ao político preocupado com os recursos do Estado".

O efeito negativo direto de tudo isso é que o governo seguinte (mesmo em caso de reeleição) terá que lidar com os problemas causados pelo aumento de gastos e menor arrecadação.

Além disso, há outros desafios como altíssima **inflação**, baixa projeção de crescimento ou alta do dólar, com o que o Brasil já tem convivido pelos últimos meses.

Como se proteger da instabilidade econômica causada pelas eleições?

Historicamente, uma das soluções encontradas por investidores, empresários e cidadãos comuns para proteção do patrimônio é a compra de moeda estrangeira. Porém, vale lembrar que nos últimos meses o dólar tem tido uma enorme variação e, tendo em vista as grandes incertezas no cenário mundial, como grande **inflação** global, guerra da Rússia com a Ucrânia, aumento de preços das commodities e maior taxa de juros americanos, especialistas dizem é impossível prever o futuro da moeda no médio e longo prazo.

Theo Lamounier, Cofundador da Byebnk Investimentos, advogado especialista em direito financeiro

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16852>

Desemprego, subempregos e salário de fome! (Artigo)

OPINIÃO PÚBLICA Rafael Moia Filho Escritor, blogger, analista político e graduado em Gestão Pública Essas três situações do título do artigo sempre existiram no Brasil, entretanto, cresceram demais nos últimos seis anos, em especial após a reforma trabalhista que visou apenas reduzir direitos dos trabalhadores e em momento algum trouxe melhorias ou aumento de oferta de postos de trabalho com carteira assinada.

O desemprego, que já vinha crescendo, não teve nesses últimos dois governos (**Temer** e Bolsonaro) ações concretas para poder fazer com que seus índices viessem a ser reduzidos em patamares aceitáveis.

O índice que estava em torno de 13,5 milhões de desempregados, passou neste governo para algo próximo de 12 milhões.

Já o Subemprego é a subutilização de um trabalhador, devido a este se sujeitar a um trabalho que não usa suas habilidades, que é de jornada parcial, ou que deixa o trabalhador ocioso. Isso cresceu e muito em nosso país, com poucas ofertas de trabalhos qualificados e com carteira assinada aliado ao desmonte ocorrido na esfera do trabalho, empresários inescrupulosos se aproveitaram para jogar para baixo os valores salariais.

O índice do salário mínimo pago em boa parte do país pode ser considerado como salário de fome. O valor de R\$ 1.212,00 não atende 75% dos brasileiros, que ao receberem este valor não conseguem pagar aluguel, alimentação, gás de cozinha, vestuário, água e energia elétrica.

O salário mínimo vem tendo suas correções cada vez menores, atendendo a classe empresarial em detrimento da redução drástica do poder de compra da classe trabalhadora no país.

Para se ter uma ideia da brutal diferença entre o que é definido pelo governo e o que deveria ser o salário mínimo, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) calcula em R\$ 6 mil o valor que deveria ser o salário mínimo em 2022, considerando o nível de preços no país (também em relação a dezembro de 2021). Isso é quase cinco vezes o valor estabelecido pelo governo.

Para chegar ao valor, o Dieese calcula o gasto necessário para sustento de uma família de quatro pessoas, considerando dois adultos e duas crianças, com base na cesta de alimentos mais cara do país.

O governo Bolsonaro descumpra mais uma vez a Constituição, pois ela determina a manutenção do poder de compra do salário mínimo.

Ainda segundo o Dieese, o salário mínimo serve de referência para 56 milhões de pessoas no Brasil, das quais 24 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em 2021, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta aumentou para 118 horas e 45 minutos.

Três horas e 43 minutos a mais do que no mês anterior. Quem ganha o salário mínimo gastou o equivalente a 58,35% de sua renda líquida para comprar os alimentos básicos.

Enquanto a maior parte dos brasileiros sofre com desemprego, subemprego e esse salário de fome, o Congresso Nacional manipulado pelo Poder Executivo, destina bilhões em emendas secretas, sem controle algum, que não resolvem os problemas de empregabilidade, melhoria salarial e da fome. Outros bilhões de reais são desviados com corrupção, desperdícios em ações inócuas e deixam a população cada dia mais distante de uma vida decente.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20220815&p=1>

Depois de perder o emprego, é essencial reorganizar as finanças

LEILANE SUZARTE*

O desemprego dificulta a vida das famílias que têm que manter o sustento e pagar todas as suas despesas. Segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego no Brasil recuou para 9,3% no trimestre encerrado em junho e, mesmo assim, atinge 10,1 milhões de pessoas.

A necessidade de se planejar financeiramente é indispensável depois de ficar desempregado. Avaliar os gastos, reduzir os custos mensais e desenvolver novas habilidades são algumas medidas eficazes que podem ajudar o indivíduo a não ficar sem dinheiro para as suas necessidades básicas, bem como não acumular mais dívidas.

Já que a situação econômica atual do país acaba agravando ainda mais quem perdeu o emprego, pois os preços no mercado estão elevados, as contas de luz, de água e de gás estão mais caras, além das incertezas no mercado financeiro por conta do ano eleitoral. Para Alex Gama, professor do curso de Economia da Uni-facs e conselheiro do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA), as pessoas devem ter o costume de economizar uma parte do dinheiro antes mesmo de serem demitidas.

"Para se prevenir, deve-se fazer um planejamento financeiro. As pessoas devem ter o hábito de poupar, pelo menos, 20% a 30% do salário. Então, fazer um controle dos gastos de despesas fixas para que não haja custos desnecessários. Às vezes, tem que fazer renegociação dos contratos, principalmente, as pessoas que moram de aluguel, tem que ver o contrato porque o preço fica muito acima, bem como das mensalidades escolares", explica Alex Gama.

O economista pondera ainda que não é uma tarefa fácil para um trabalhador que ganha pouco. "Fica difícil a pessoa poupar com uma renda de até dois salários mínimos, porque boa parte das rendas das pessoas é para pagar aluguel, alimentação, cursos com educação. Com isso, compromete a renda", diz o conselheiro do Corecon-BA.

Seguro desemprego

Se os desafios são encontrados em famílias onde todos os membros estão trabalhando, isso piora

quando alguém da casa perde o emprego e tem que pagar as contas mensais e outros gastos com o dinheiro que recebe do seguro desemprego ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo que, na maioria das vezes, o valor não dura por muito tempo e, conseqüentemente, impacta no bolso da família.

De acordo com os dados que foram baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego já era maior entre as mulheres, mas a diferença aumentou a 9,2 pontos percentuais em 2021. No total, a taxa de desocupação correspondeu a 19,4% no último ano.

Isabel Lopes, 45, é um exemplo. Ela, que atuava como técnica administrativa empossada na função de protocolista em uma de uma faculdade, foi demitida do emprego há cerca de 2 anos. Como já tinha feito um curso de corretor de imóveis no passado, ela aproveitou o aprendizado para trabalhar de forma autônoma nessa área para conseguir se manter e pagar as contas que já tinha.

"Eu estou sempre nessa correria de alugar e vender imóveis, também gosto de vender muito como sacoleira. A gente vai se virando como pode. Não está fácil porque a gente entra no mercado e parece que estamos sendo 'assaltadas'. É um absurdo. Os itens alimentícios começam a partir de R\$ 10. Está doendo no bolso da gente", conta Isabel.

No período que as pessoas estão desempregadas, elas podem aproveitar para fazer cursos, aprender novos idiomas ou aperfeiçoar uma habilidade, pois ajuda tanto a melhorar o currículo como ter um diferencial a mais na hora que for procurar um emprego. "Por isso, é importante a pessoa se qualificar. Não só uma questão da renda, mas buscar uma qualificação, se aprimorar na profissão e sempre estar atualizado porque o mercado de trabalho hoje está sendo muito rigoroso no critério de seleção. Embora as empresas estejam pagando menos, com o salário diminuído, está sendo muito competitivo porque muita gente com nível superior está desempregada e até mesmo na informalidade", frisa Alex.

Fátima Conceição, educadora financeira e com pós-graduação em direito tributário e de investimentos,

afirma que a pessoa que está fora do mercado de trabalho precisa revisar as suas finanças, procurando identificar o que é supérfluo, necessário e o que é essencial, e desenvolver um plano estratégico.

"Você não sabe se vai arranjar um emprego amanhã ou daqui um ano. Tem dívidas que você não vai conseguir quitar com o dinheiro que você tem e nem o valor que irá receber com o seguro desemprego. Por exemplo, negociar com os bancos as dívidas que tem para poder ver se vale a pena ou não. Por isso, é importante saber todos os seus gastos para categorizá-los no que pode ficar fora do seu orçamento e o que não pode por ser indispensável", informa Fátima.

Com isso, pedir empréstimos pode comprometer e impactar no bolso de quem está desempregado, trazendo mais problemas financeiros, já que as parcelas podem ser descontadas diretamente na conta bancária do indivíduo ou através de boleto bancário. Além do mais, os juros podem fazer as dívidas se tornarem elevadas em curto período de tempo. A mestre e doutoranda em economia pela Universidade Federal da Bahia, Verônica Ferreira, dá algumas orientações em como não se endividar e amenizar a falta de renda.

"O ideal é que você faça, de fato, uma programação a longo prazo de quanto o seu dinheiro vai durar até você conseguir um novo emprego. Faça um levantamento das suas dívidas para saber se é possível incluí-las no orçamento mensal com a reserva ou seguro desemprego que tem. Caso seja viável, eu não aconselho antecipar o pagamento das dívidas, a não ser que a sua reversa dure por um tempo, porque tem uma redução dos juros e pode ser vantajoso para você quando recebe a rescisão", recomenda Verônica.

Ela ainda sugere que as pessoas tenham uma reserva de emergência antes de perder o emprego para que possam garantir mais tranquilidade e segurança nas finanças a longo prazo. "É difícil fazer essa reserva no momento que a gente vive hoje, de **inflação** mais elevada e perda do poder de compra. Mas, é importante porque, quando a pessoa perde o emprego, ela tem os recursos para além da rescisão, seguro desemprego, conseguir se manter sem trabalho durante um tempo", enfatiza Verônica

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELÓ

"O ideal é fazer programação de quanto o dinheiro vai durar"

VERÔNICA FERREIRA, especialista

"Às vezes, (a pessoa) tem que fazer renegociação dos contratos"

ALEX GAMA, do Corecon-BA

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_8397BCE53C647D75B29520BA35E96DA9391B4C630AD506B96BBC0244D25AF13044641D6E42FF9EC7524B3839FE199E7D2C92B8A5BD8670A2AE7B22276439267208F206F297E7E856FC45F87C2680E2CBC1E1A3D12E6B49E51C36D85585D51131763293B82F8D11795C2352740F26A0B131E2E5B7D3CE0E27B080E3

O brasileiro precisa dormir melhor (Editorial)

Se não é a **inflação**, é a pandemia. Se não é a alta da carne, é o desemprego batendo à porta. Se não é o preço da cesta básica, é o estresse do trânsito nas grandes e médias cidades. Se não é a fome de parte da população, é a varíola do macaco. É possível encostar a cabeça no travesseiro e simplesmente dormir?

Não é novidade que o brasileiro dorme muito mal há um tempo. Atualmente, são 73 milhões de pessoas com insônia, o que corresponde a um terço da população, de acordo com a Associação Brasileira do Sono (ABS). E a pandemia certamente contribuiu para piorar a situação. Um novo estudo divulgado pelos cientistas da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) mostra que 65,5% dos brasileiros relatam problemas relacionados ao sono.

Entre os mais afetados estão as mulheres - que correspondem a um terço dos casos -, registro que se repete ao longo dos anos, talvez por serem mais "responsáveis" e preocupadas com as adversidades da vida, dizem alguns especialistas.

Outro grupo que tem hábitos pouco saudáveis de sono são os adeptos das redes sociais, notívagos por natureza, que não se desgrudam de seus celulares nem mesmo na hora de dormir. Não se sabe se há alguma relação com a pandemia, mas é fato que o estudo mostrou um aumento de distúrbios de sono entre os jovens, contrariando o perfil dessa faixa etária, que geralmente costuma dedicar várias horas ao hábito.

A insônia lidera o ranking dos distúrbios do sono, mas há ainda transtornos como apneia, síndrome das pernas inquietas e narcolepsia (sonolência diurna em excesso).

O sono ruim do brasileiro também tem relação com outros fatores, como ansiedade (somos o país mais ansioso do mundo), depressão, ambiente com barulho, colchão de má qualidade, problemas financeiros e estilo de vida.

Na semana passada, noticiamos que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deve liberar o medicamento considerado "o melhor remédio" para combater a insônia. Em análise no Brasil, ele foi

aprovado em 2019 pela Food and Drugs Administration (FDA), agência reguladora dos Estados Unidos.

O lemborexant é apontado como o melhor em eficácia, tolerabilidade e aceitabilidade entre 36 medicamentos e deve chegar às prateleiras das farmácias do país em 2023, produzido pela farmacêutica japonesa Eisai.

A novidade é que ele age por uma via diferente no cérebro, com direcionamento mais seletivo, com melhores resultados contra a insônia. Embora seja uma esperança para os notívagos de plantão, é uma solução medicamentosa e, como qualquer remédio, tem efeitos colaterais, alguns adversos.

A verdade é que a maioria dos brasileiros não dá muita importância ao sono. Além disso, o número de pessoas com quadro de obesidade cresce a cada dia e, com ela, as apneias obstrutivas do sono e o ronco - transtornos que interferem diretamente na redução da expectativa de vida e no aumento de risco para desfechos metabólicos e cardiovasculares.

O fato é que o brasileiro precisa dormir. E isso passa, necessariamente por uma mudança no estilo de vida.

BNDES pagou extra médio de R\$ 108 mil a funcionários

Idiana Tomazelli

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) distribuiu um benefício médio de R\$ 108,1 mil a seus empregados por meio de seu programa de PLR (participação nos lucros e resultados). O valor é referente ao desempenho no ano de 2021.

O pagamento é o maior entre os declarados pelas empresas públicas à Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), vinculada ao Ministério da Economia, e corresponde a mais de quatro vezes a PLR média de Banco do Brasil (R\$ 27 mil) e Caixa Econômica Federal (R\$ 24,3 mil), que também são bancos oficiais.

BB e Caixa, porém, disputam fatia de mercado entre si e com instituições privadas, diferentemente do BNDES, que, por ser um banco de desenvolvimento, atua na prática como uma empresa pública sem concorrência.

Para os funcionários da instituição, o valor se soma a salário, 13º, adicional de férias e outros benefícios concedidos mensalmente pelo banco, como auxílio refeição (R\$ 1.688,74), cesta alimentação (R\$ 726,71), assistência saúde (R\$ 1.844,74) e assistência educacional (até R\$ 1.400,05).

Como o pagamento da PLR é anual, é como se a política proporcionasse um incremento médio mensal na remuneração de R\$ 9.010,60 -mais de sete vezes o valor atual do salário mínimo (R\$ 1.212).

Nem todos os empregados do banco recebem o mesmo valor, que é calculado com base na remuneração e em metas de desempenho. Segundo os dados oficiais, o valor mínimo da PLR ficou em R\$ 13,8 mil, e o máximo, em R\$ 257,3 mil. Em geral, as cifras equivalem a três meses de salário de cada funcionário contemplado.

Ao todo, 2.379 funcionários do banco receberam participação nos lucros referente a 2021, ano em que o lucro líquido da instituição foi de R\$ 34,1 bilhões. As informações estão em relatório com a assinatura do diretor de Operações do banco, Ricardo Wiering de Barros.

Integrantes do governo consideram o valor médio da PLR elevado, sobretudo num contexto em que o BNDES mantém viva a disputa no TCU (Tribunal de Contas da União) para retardar a devolução de aportes irregulares feitos pelo Tesouro Nacional durante governos petistas.

O banco conseguiu, no início do ano, suspender o calendário mais célere de pagamentos antecipados à União, sob a alegação de que essa medida levaria a prejuízos bilionários, uma vez que as operações financiadas com esses recursos ainda estão em andamento.

A tese de técnicos do governo, compartilhada por membros dos órgãos de controle, é de que a permanência dos recursos do Tesouro nos cofres do banco de fomento tem ajudado a turbinar o lucro da instituição e a garantir uma PLR mais polpuda a seus empregados -alegação constantemente refutada pelo BNDES e pela associação de funcionários.

O banco ainda detém uma dívida de R\$ 103,2 bilhões com a União. Como esse dinheiro foi repassado mediante emissão de títulos da dívida pública, o Tesouro Nacional paga juros sobre esse valor.

A determinação do TCU para que o BNDES devolvesse os recursos buscava justamente reduzir o custo com esses subsídios, bancados com recursos públicos. A própria corte de contas tem investigações em andamento para apurar se os aportes do Tesouro deram lastro ao pagamento de participações significativas aos funcionários.

A PLR generosa de 2021 sucedeu outros valores igualmente significativos: em 2019, o valor médio foi de R\$ 67,8 mil, chegando a R\$ 88,5 mil em 2020.

Neste ano, só no primeiro semestre, o BNDES registrou um lucro líquido de R\$ 24,6 bilhões, 62,9% a mais do que em igual período do ano passado, em termos nominais.

Procurado, o banco afirmou que paga PLR a todos seus funcionários no valor de até três salários desde 2019. "O pagamento é aprovado pela Sest. O banco presta todos os devidos esclarecimentos sempre que consultado pelos órgãos de fiscalização", afirma o BNDES.

O banco diz que não há relação entre as devoluções ao Tesouro e a distribuição de PLR. "O BNDES segue o cronograma acordado com o Tesouro Nacional e entregue ao TCU no início de 2021", afirma.

De acordo com o BNDES, o cronograma definia um total de pagamentos de R\$ 67,5 bilhões à União ao longo de 2021, o que foi integralmente cumprido. "Em 2022, o banco já pagou R\$ 23,8 bilhões e estima pagar até mais R\$ 13,7 bilhões, também seguindo o acordado", afirma.

Os números sobre os programas de participação nos lucros das empresas estatais foram disponibilizados pela Sest em sua página oficial, em uma iniciativa para dar maior transparência a esses dados.

A Petrobras, uma das maiores empresas do governo brasileiro, classificou como "confidencial" os valores mínimo, médio e máximo de PLR pagos a seus empregados.

No entanto, a companhia informou que o valor total dos repasses chegou a R\$ 592,15 milhões. O fato de que 30,7 mil funcionários receberam o benefício sugere que a média ficou em torno de R\$ 19,3 mil -um quinto do informado pelo BNDES.

A Sest também passou a informar a remuneração dos administradores, isto é, presidentes, vice-presidentes e diretores, entre outros cargos de comando das empresas públicas federais.

Nessa frente, a Petrobras paga as remunerações mais elevadas. O presidente da estatal recebe R\$ 116,8 mil mensais, além de 13º, férias, auxílio moradia de R\$ 1.800,00, verba de R\$ 4.333,34 para passagens aéreas, R\$ 7.489,39 para plano de saúde e R\$ 15,3 mil como contribuição em plano de **previdência complementar**.

O presidente da Petrobras também deve receber um pagamento de R\$ 1,6 milhão como remuneração variável, uma espécie de bônus para os executivos da companhia. O valor se refere ao ano de 2021, quando a companhia foi presidida por Roberto Castello Branco (até abril) e por Joaquim Silva e Luna (demitido em abril de 2022).

Já os oito diretores da Petrobras recebem um salário mensal de R\$ 111,2 mil, com benefícios semelhantes aos do presidente.

No BNDES, o salário do presidente é de R\$ 80,8 mil mensais, além de benefícios e remuneração variável (o valor referente a 2021, pago à vista, é de R\$ 121,3 mil). Já os nove diretores recebem R\$ 74,1 mil.

No Banco do Brasil, a remuneração do presidente é de R\$ 68,8 mil mensais, sem contar auxílios e uma remuneração variável de R\$ 495,2 mil, referente a 2021. Os nove vice-presidentes da instituição têm salários de R\$ 61,6 mil.

Na Caixa, o salário do comando do banco é de R\$ 56,2 mil mensais, além de benefícios. O banco informou parcelas de remuneração variável apenas referentes aos períodos de 2018 a 2020, chegando a R\$ 74,9 mil. Já o salário dos 12 vice-presidentes da instituição é de R\$ 50,2 mil.

Por serem estatais independentes (ou seja, que pagam suas despesas com receitas próprias), elas podem pagar remunerações com valores acima do teto do funcionalismo, hoje em R\$ 39,3 mil.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50004&anchor=6461294&pd=a8b4ad5618bb13e7266c2569da5c6f13>